REVISTA **SABERES DA AMAZÔNIA**

CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS

VOL. 4 N. 8

Janeiro-Junho 2019 | ISSN: 2448-0576

Attribution-ShareAlike 4.0 International

A GLOBALIZAÇÃO E EMERGÊNCIA DO DIREITO GLOBAL: A MOBILIZAÇÃO TRANSNACIONAL DO DIREITO E O CASO DA ONG “WOMEM ON WAVES”

THE GLOBALIZATION AND EMERGENCY OF GLOBAL LAW: THE TRANSNATIONAL MOBILIZATION OF LAW AND THE CASE OF THE ONG "WOMEM ON WAVES"

Michele dos Santos Freitas¹

Resumo

Com o agravamento das crises econômicas, ambientais, bem como a tecnologia acelerada, o terrorismo, a promoção dos direitos humanos, viu-se a necessidade de uma nova postura que atenda os problemas globalmente. Os processos de globalização e transnacionalismo trouxeram à tona a necessidade de estabelecer um ordenamento jurídico global que regule as matérias relevante a todos os seres humanos. Desse modo, o presente artigo tem como problemática central analisar como a globalização e o transnacionalismo implicam numa mudança de paradigma nos dias atuais, bem como refletir sobre o papel dos Direitos Humanos na consagração dos direitos das mulheres como no caso da ONG “Women on Waves”, através da mobilização do Direito. Assim, a hipótese a ser apresentada está baseada na emergência do Direito Global como novo modelo de regulação onde transcendem as fronteiras nacionais. Assim o artigo traz uma breve análise da globalização, Direito Global, e mobilização transnacional do Direito, com base no Sistema Global de Direitos Humanos e a ONG “Women on Waves”. A técnica de pesquisa a ser utilizada é a bibliográfica e o método dedutivo.

Palavras-chave: Globalização; Direito Global; Direitos Humanos; Mobilização Transnacional do Direito.

Abstract

With the worsening of economic and environmental crises, as well as accelerated technology, terrorism and the promotion of human rights, there has been a need for a new stance that addresses issues globally. The processes of globalization and transnationalism have brought to the surface the need to establish a global legal order that regulates matters relevant to all human beings. Thus, this article has as central problem to analyze how globalization

¹ Mestranda em Direito pela Faculdade Meridional (IMED). Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: michesfreitas@hotmail.com

and transnationalism imply a paradigm shift nowadays, as well as to reflect on the role of Human Rights in the consecration of women's rights as in the case of the NGO "Women on Waves "Through the mobilization of law. Thus, the hypothesis to be presented is based on the emergence of Global Law as a new model of regulation where they transcend national boundaries. Thus the article brings a brief analysis of globalization, Global Law, and transnational mobilization of Law. based on the Global Human Rights System and the ONG Women on Waves. The research technique to be used is the bibliographic and the deductive method.

Keywords: Globalization; Global Law; Human rights; Transnational Mobilization of Law.

Introdução

A ordem jurídica abrangida pelo Direito Internacional se desenvolve num processo de evolução que constantemente tenta se adaptar a evolução da vida em sociedade no mundo globalizado em que vivemos, pois se entende que qualquer forma de direito somente se justifica se acompanhar a realidade histórica de cada época.

Assim, o Direito global deve fazer frente a problemas diversos, tais como conflitos advindos dos fluxos globalizatórios e crises atualmente existentes, como a concorrência de normas globais-nacionais-locais, a promoção dos Direitos Humanos, a preservação ambiental e critérios de sustentabilidade planetária, o combate de redes criminosas, enfim, um novo paradigma global.

Os acontecimentos transcendem as fronteiras dos países, e os fenômenos não ocorrem mais isoladamente, mas globalmente. Então, para que os problemas da humanidade sejam resolvidos globalmente, há a necessidade de um novo direito, um novo paradigma baseado na pluralidade jurídica.

O texto esclarece que a intensificação da sociedade mundial e o consequente processo de globalização, implicam em deficiência ou incapacidade do ente soberano estatal para certos temas que escapam aos limites de suas fronteiras.

Destarte, os direitos humanos tornam-se uma arma poderosíssima voltado para o confronto das contradições existentes nas mais diversas áreas sociais e culturais, ambientais, econômicas e jurídicas.

A existência de um novo paradigma de Direito envolvendo a mobilização judicial das ONG junto ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) passou a ser estratégia de luta para garantir os direitos humanos.

No caso da ONG “Women on Waves”, “mulheres sobre ondas”, a busca pela efetivação dos direitos humanos das mulheres através da mobilização coletiva, se deu em prol da garantia da liberdade da mulher, bem como pela luta da despenalização do aborto, nos países que ainda o consideram como crime.

Assim, em um primeiro momento, o presente artigo discorre sobre os processos de globalização, o Direito Transnacional e a emergência do Direito Global. Imprescindível se faz o estudo e uma melhor compreensão do transnacional/global, face sua condição de produzir efeitos não só locais, mas também nacionais e internacionais

Em seguida, explanar sobre a importância dos direitos humanos como base e alicerce na garantia dos direitos e liberdades das mulheres, uma vez que a ONU (Organização das Nações Unidas) deu abertura ao que se pode chamar de Sistema Global de Direitos Humanos.

Num terceiro momento, ratificar a existência da ONG “Women on Waves”, ou seja, “Mulheres sobre ondas”, que age em defesa dos direitos humanos das mulheres com o intuito de alertar sobre os riscos do aborto ilegal e, conseqüentemente, atuar na interrupção da gravidez indesejada das mulheres, em águas internacionais, que buscou seus direitos através de uma mobilização coletiva judicial.

Deste modo o presente artigo tem como problemática central analisar como a globalização e o transnacionalismo implicam numa mudança de paradigma nos dias atuais, bem como, refletir sobre o papel dos Direitos Humanos na consagração dos direitos pelo uso transnacional do direito envolvendo uma mobilização judicial das ONG junto ao TEDH, especificamente no caso da ONG “Women on Waves” “mulheres sobre ondas”.

Assim, a hipótese a ser apresentada está baseada na reconstrução do direito face a sua necessidade, alertando, portanto para a emergência do

Direito Global como novo modelo de regulação onde transcendem as fronteiras nacionais.

Por fim o artigo traz uma breve análise do Direito Global, globalização, transnacionalismo, e mobilização do Direito sob o viés dos Direitos Humanos.. A técnica de pesquisa a ser utilizada é a bibliográfica e o método dedutivo.

1. Globalização, direito transnacional e emergência do direito global

O processo de globalização necessita ser compreendido como um caminho sem volta. As mudanças que acentuam o ambiente da atualidade, como as questões ambientais, o terrorismo, a tecnologia, os direitos humanos, entre outras, estão em amplos processos de expansão planetário.

A repetição de acontecimentos de crises econômicas, ambientais, sanitárias, energéticas, bem como novos riscos advindo com a ameaça terrorista acelerou a formação de aglomerados policêntricos para a gestão e regulação destas novas manifestações globais².

O surgimento de novas matrizes de poder exige um novo direito de contenção dos excessos e projeção de expectativas realizáveis em um futuro próximo³.

[...]as novas realidades ampliam o alcance do Direito Internacional, inclusive em assuntos que não se prendem às fronteiras estatais, como o meio ambiente, o terrorismo, a regulamentação da exploração espacial, o combate à criminalidade internacional, a proteção do sistema financeiro internacional, as novas forças tecnológicas, as intervenções humanitárias, os direitos humanos, dentre outros⁴.

As transformações sociais, econômicas, culturais e jurídicas advindas dos fluxos globalizatórios que se operam na atualidade, originaram rupturas com os padrões até então constituídos e, não mais encontram consonância

²STAFFEN, Márcio Ricardo. **Interfaces do direito global**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

³ STAFFEN, Márcio Ricardo. **Interfaces do direito global**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018

⁴ VIVIANI, Maury Roberto. **Constitucionalismo Global: Crítica em face da realidade das relações internacionais no cenário de uma nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

com o modelo de organização social surgido com a modernidade, necessitando de um novo paradigma global.

[...] a globalização é um fenômeno econômico produzido pelas mudanças tecnológicas e pela expansão dos mercados. Uma transformação material irrecusável que imporá a todos os povos as mesmas políticas econômicas e reformas institucionais. Além disso a globalização seria universal, inclusiva, convergente e promoveria uma redução pacífica e positiva da soberania dos Estados nacionais.⁵

Assim, crescentemente, esses processos globalizatórios criaram um território mundial, uma nova ordem supra e transnacional que permite a crise do Estado e institui instrumentos de governança global⁶.

[...]Até agora, somente os Estados poderiam desempenhar o papel de produtores de normatividade. Hoje, no entanto, e em muitas áreas o Estado tornou-se um ator ao lado de outros, e até mesmo como os outros. A esse número de atores transnacionais,- e isto é sobretudo visível no nível global-devemos acrescentar o conjunto das organizações não governamentais, onde na primeira fileira encontramos aquelas que defendem o meio ambiente ou promovem a democracia e a proteção dos direitos humanos. Nunca, repetimos, as ONGs foram tão fortes.⁷

O decaimento do Estado nacional ocorre de forma gradual e necessária. A justificativa mais forte é o mundo globalizado em que vivemos, mais precisamente, os problemas naturais mundiais que enfrentamos, fortalecendo assim o movimento das ONGs.

A partir da fragilidade dos tradicionais atores nacionais, espaços de debilidade passa(ra)m a ser ocupados, notadamente após a Segunda Guerra, por interesses transnacionais constituídos através de instituições novas, de difícil caracterização à luz do glossário político-jurídico Moderno⁸.

⁵ FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

⁶ STAFFEN, Márcio Ricardo. **Interfaces do direito global**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

⁷ ARNAUD, André-Jean. **Governar sem Fronteiras.: entre a globalização e pós globalização**. Crítica da Razão Jurídica, vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

⁸ STAFFEN, Márcio Ricardo. **Interfaces do direito global**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

Não consegue frear os fluxos da globalização no que tange à distribuição do poder, cultura, economia, desigualdade e formas de governo, razão pela qual, há sim, necessidade de um Direito Global (cosmopolita, na adjetivação dos autores)⁹.

[...] Logo, o Direito Global, por mais incipiente que seja, tem como objeto a compreensão e a regulação das relações provenientes dos fluxos globalizatórios. Fluxos estes que não se restringem à globalização do segundo pós-guerra. Contudo, ainda que algumas bases de governar o mundo estejam sedimentadas na descoberta da América, a grande especificidade verte da policentricidade que governa a globalização do terceiro milênio¹⁰.

Partindo dessa análise em que o Direito deve ter um novo paradigma global, fica claro que mais uma vez é preciso repolitizá-lo, adequando-se às novas realidades.

Para STAFFEN, a aplicação do Direito, em seu conceito, deve ser o “global rule of law”, conforme citação abaixo.

A diversidade de conflitos jurídicos e a variedade de sistemas de resolução de disputas no âmbito transnacional nos conduzem indefectivelmente para um conceito mais geral de aplicação do Direito como garantidor das liberdades e da ordem social. Este conceito deve ser, na minha opinião, o da supremacia do Direito Global ou “global rule of law”¹¹.

As mudanças do Direito no contexto da globalização, e consequentemente, dos efeitos da mobilização transnacional do direito implicam a emergência do Direito Global, sustentando uma proteção em escalas local, nacional, regional, internacional.

A principal consequência jurídica que tem a conversão da humanidade em uma comunidade política é a necessidade de estabelecer um ordenamento jurídico global que regule e a organize naquelas matérias que tocam todos os seres humanos¹².

⁹ STAFFEN, Márcio Ricardo. **Interfaces do direito global**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

¹⁰ STAFFEN, Márcio Ricardo. **Globalismo Jurídico**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

¹¹ STAFFEN, Márcio Ricardo. **Interfaces do direito global**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

¹² STAFFEN, Márcio Ricardo. **Interfaces do direito global**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

Como tentativa de organizar um Direito que corresponda a nova atualidade, o pluralismo jurídico, surge como possível solução, onde se cruzam ordens jurídicas nacionais e internacionais.

Nesse sentido Maury Roberto Viviani explicita a importância da idéia de uma ordem internacional constitucionalizada que possa resolver alguns problemas dentro do contexto atual, como o problema da soberania e do papel dos Estados no mundo contemporâneo, o crescimento do número de atores não estatais na esfera pública internacional, a necessidade de cooperação transnacional e os desafios de alguns valores pretendidos como universais.¹³

Assim, o Direito global deve fazer frente a problemas diversos, tais como conflitos de uniformidade e diferenças nacionais, a concorrência de normas globais-nacionais-locais, a atribuição de competências, a regulação do capital e nortes para governança global, a promoção dos Direitos Humanos, a preservação ambiental e critérios de sustentabilidade planetária, o combate de redes criminosas, enfim, uma nova e eficaz forma de limitação de um poder de extrema fluidez, como é a ordem global atual.¹⁴

Os direitos humanos, por exemplo, expressam nitidamente a necessidade desse mundo globalizado do século XXI. Não adianta garantir o direito à vida, ao bem-estar físico, e a dignidade da pessoa humana, se o Planeta está praticamente devastado, e não possui mais condições de garantir a vida.

2. Os direitos humanos e o direito global: direitos e liberdades das mulheres

Os direitos humanos tornam-se uma arma poderosíssima voltado para o confronto das contradições existentes nas mais diversas áreas sociais e culturais, ambientais, econômicas e jurídicas. Alicerçando, também, os direitos das mulheres, que entram no rol dos grupos vulneráveis

¹³ VIVIANI, Maury Roberto. **Constitucionalismo Global: Crítica em face da realidade das relações no cenário de uma nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2014.

¹⁴ STAFFEN, Márcio Ricardo. **Interfaces do direito global**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

[...]Os direitos humanos e o meio ambiente estão inseparavelmente ligados. Sem os direitos humanos, a proteção ambiental não poderia ter um cumprimento eficaz. Da mesma forma, sem a inclusão do meio ambiente, os direitos humanos correriam o perigo de perder sua função central, qual seja, a proteção da vida humana, de seu bem-estar e de sua integridade”¹⁵.

Os direitos humanos, entendidos a partir do Direito Internacional, são conceituados como aqueles direitos universais e inerentes ao ser humano, que tem por finalidade concretizar a dignidade de todos e para todos. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que foi formalizada em 1945 significou outro passo de evolução do Direito Internacional.

O sistema Global de Direitos Humanos, desde 1945, busca garantir jurídica e politicamente um mínimo de dignidade para todos os seres humanos, bem como declara, por meio do Direito Internacional, direitos e liberdades fundamentais e inerentes a todos.¹⁶

A preocupação com um desses direitos reforça o outro. As mulheres por exemplo, buscam seus direitos com base na proteção dos direitos humanos, tanto a nível nacional, quanto internacionalmente, como veremos no capítulo seguinte.

A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, constitui um ponto de referência na História da humanidade, na medida em que, contribui decisivamente para a construção de uma comunidade internacional não baseada exclusivamente no *Sel-interest* dos Estados Soberanos, mas na dignidade da pessoa humana, verdadeira protagonista do Direito¹⁷.

As mulheres fazem parte dos grupos considerados em desvantagem social, econômica e cultural, desde muito tempo e, ainda permanecem em estado desigual perante a sociedade. Em razão de tais vulnerabilidades, há uma busca constante para o fim de uma vida cotidiana mais justa.

As mulheres, apesar dos avanços políticos e jurídicos, ainda encontram-se em desvantagem empírica para com os homens, justamente em função da desigualdade de gênero. Apesar de terem os mesmos direitos e liberdades, elas ainda recebem salário menor

¹⁵ BOSSELMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade: transformando direito e governança**. Tradução de Phillip Gil França. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

¹⁶ GRUBBA, Leilane Serrattine. **Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano: O Sistema Global Das Nações Unidas**. Curitiba: editora Prismas, 2017.

¹⁷ STAFFEN, Márcio Ricardo. **Interfaces do direito global**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018

do que os homens por igual função, ainda detém participação inferior na política e na economia na grande maioria dos países a nível mundial, ainda exercem dupla jornada de trabalho, bem como são expostas, com maior frequência, à violência, inclusive doméstica¹⁸.

De acordo com Sen (2000), os movimentos feministas exigem o bem-estar e também a elevação das mulheres à condição de livres agentes. A ênfase dos programas e políticas sociais sempre foram mais voltados ao primeiro tipo de reivindicação, sendo prioritário possibilitar a mulheres que não sejam apenas receptoras passivas de auxílio no sentido de melhorar seu bem-estar, mas que sejam vistas, “[...] tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens¹⁹”

A luta pela igualdade de gênero, desde o surgimento das Nações Unidas, encontra diversas frentes jurídicas, inclusive na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966, instrumentos esses que afirmam a igualdade de direitos entre homens e mulheres, vedadas quaisquer discriminações fundadas no gênero ou sexo²⁰.

Assim, o fortalecimento das redes de proteção social voltadas para as mulheres, bem como as ONGS, e todos os trabalhos que envolvem os movimentos feministas, seriam o triunfo dessa problemática, promovendo de forma mais adequada e racional, os seus valores e princípios, dentro de uma vida digna e igualitária.

Em julho de 2010, a Assembleia-Geral das Nações Unidas criou a entidade ONU-Mulheres com o intuito de promover concretamente o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero. A ONU-Mulheres nasceu da constatação de que as mulheres ainda no século XXI, são seres humanos cuja vulnerabilidade estrutural faz com que sejam mais afetadas pelas guerras, pelos movimentos migratórios, pela dupla jornada de trabalho e pela pobreza. Também apresentam, em média mundial, salários inferiores aos homens pelo mesmo trabalho. As mulheres detêm menor participação política e, muitas vezes, social, como a falta de acesso à

¹⁸ GRUBBA, Leilane Serratine. **Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano: O Sistema Global Das Nações Unidas**. Curitiba: editora Prismas, 2017.

¹⁹ SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

²⁰ GRUBBA, Leilane Serratine. **Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano: O Sistema Global Das Nações Unidas**. Curitiba: editora Prismas, 2017.

saúde e à educação básica. Além disso, mulheres, no mundo todo, sofrem discriminação e violência de gênero, inclusive no âmbito familiar.²¹

Certamente os movimento feministas, bem como conferencias relacionadas à saúde e reprodução da mulher tiveram papel fundamental para que hoje se possa falar em violação dos direitos fundamentais das mulheres, principalmente quando fala-se em autonomia sexual e reprodutiva.

O reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres como direitos humanos percorreu uma longa trajetória, que teve como momentos decisivos a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD), realizada em 1994, conhecida como Conferência de Cairo, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, em Pequim²². (HC Nº 124.036. P. 10)

Ainda no âmbito do movimento feminista, outro exemplo interessante da convocação estratégica dos direitos humanos surge por via do tema do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. A este despeito vemos que o grande impulsionador à nível internacional foi a Convenção contra o tráfico de seres humanos, proposta pelo Conselho da Europa e ratificada pelos Estados – membros em 2005²³.

Ainda, na luta pela igualdade de gênero no centro da agenda mundial, a organização das Nações Unidas realizou quatro Conferencias Mundiais sobre as Mulheres, dentre as quais deu origem a Carta Internacional de Direitos da Mulher²⁴.

A Carta Internacional da Mulher define o que é a discriminação contra a mulher, além de construir uma agenda para ações nacionais que tenham por objetivo erradicar com tal discriminação. Segundo o seu texto expresso, a discriminação deve ser entendida como qualquer distinção, exclusão ou restrição feita com base no sexo, que tem como efeito ou objetivo prejudicar ou anular o reconhecimento, o gozo ou o exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade dos homens e das mulheres, dos direitos humanos e das liberdades

²¹ GRUBBA, Leilane Serratine. **Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano: O Sistema Global Das Nações Unidas**. Curitiba: editora Prismas, 2017.

²² HC Nº 124.036. P. 10

²³ SANTOS, Cecília MacDowell dos. **A mobilização transnacional do direito. Portugal e os Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012

²⁴ GRUBBA, Leilane Serratine. **Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano: O Sistema Global Das Nações Unidas**. Curitiba: editora Prismas, 2017.

fundamentais no campo político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro²⁵.

Assim, a Carta Internacional de Direitos da Mulher, tornou-se de fato o grande instrumento jurídico internacional para o empoderamento feminino e para a concretização da igualdade de gênero nas diversas sociedades.

A efetividade dos Direitos Humanos enquanto garantidor da dignidade humana depende da prática de vários movimentos sociais interligados, tanto na sua utilização cerimonial quanto na sua mobilização processual.

[...] Por um lado, os direitos humanos têm também uma utilização formal, enquanto instrumento jurídico de proteção, reparação e mobilização. Por outro lado, surgem como ferramenta discursiva, visando dotar de maior abrangência e legitimidade causas que, do contrário estariam mais vulneráveis ao silenciamento e à invisibilidade, por serem historicamente alvo de processos de opressão. Em qualquer dos casos, trata-se de uma apropriação estratégica, apoiada numa ideologia que se acredita partilhada pela generalidade da população²⁶.

Contudo, a intensificação da sociedade mundial proveniente dos fluxos globalizatórios cujos efeitos implicam no processo de ampliação e complexidade do Direito Internacional escapam aos limites de suas fronteiras, emergindo o Direito Global. Assim, o crescente desenvolvimento do sistema internacional, implica na construção do direito a partir de modelos plurais e globais que impulsionam uma mobilização transnacional do direito.

3. A mobilização transnacional do direito: o caso da organização não governamental “women on waves”

Quando os cidadãos se mobilizam, eles constituem uma mobilização cidadã. Mobilizações cidadãs e grupos de sociedades civis é a força impulsora para mudança social. A perspectiva dos governos e estados as definem em termos mais reservados: Organizações não governamentais (ONGs) fazendo

²⁵ GRUBBA, Leilane Serrattine. **Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano: O Sistema Global Das Nações Unidas**. Curitiba: editora Prismas, 2017

²⁶ SANTOS, Cecília MacDowell dos. **A mobilização transnacional do direito. Portugal e os Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012.

“importantes contribuições em vários campos, tanto nacional como internacionalmente.”²⁷

Os fluxos globalizatórios que direcionam o Direito para modelos plurais, fizeram com que este inseri-se em seu contexto valores globais. Com base na proteção internacional dos direitos humanos, viu-se a solução para muitos através da mobilização transnacional do Direito,

A mobilização transnacional do direito constitui um elemento essencial da afirmação de uma proteção internacional dos direitos humanos que supere os limites de uma concepção liberal, individualista e legalista dos direitos humanos. O uso do direito e das instituições internacionais tem provado poder ser um fator de afirmação dessa legalidade cosmopolita alternativa em benefício das pessoas e dos povos. [...] ²⁸

A ONG “*Women on Waves*”, de origem Holandesa que atua em defesa dos direitos humanos das mulheres, em especial, os direitos sexuais e reprodutivos, onde profissionais realizam a IVG (Interrupção Voluntária da Gravidez) através de uma clínica móvel dentro de um navio, em águas internacionais, representa claramente essa mobilização transnacional do direito.

Em 2004, a organização não governamental (ONG) holandesa Women on Waves (WOW), autorizada pelo governo holandês a realizar interrupções da gravidez (na sua clínica móvel ou em águas internacionais), rumou a Portugal no navio Borndiep, a convite das ONG portuguesas Acção Jovem para a Paz (AJP), Clube Safo, Não te Prives- Grupo de defesa dos Direitos Sexuais e União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), para desenvolver a campanha “Fazer ondas” cujo enfoque era a despenalização do aborto e, portanto, a luta pelos direitos reprodutivos das mulheres. O governo português interditou, porém a entrada do navio Borndiep em águas nacionais. Considerando que tal decisão atentava contra os direitos humanos (liberdade de expressão, circulação e reunião) das ONG envolvidas na campanha, estas recorreram aos tribunais portugueses, que decidiram a favor do governo. O caso foi, então levado ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH), cuja decisão, proferida em 2009, condenou o Estado português pela violação de direitos humanos²⁹.

²⁷ BOSSELMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade: transformando direito e governança**. Tradução de Phillip Gil França. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015

²⁸ SANTOS, Cecília MacDowell dos. **A mobilização transnacional do direito. Portugal e os Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012

²⁹ SANTOS, Cecília MacDowell dos. **A mobilização transnacional do direito. Portugal e os Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012

Este foi o único caso de estudo envolvendo uma mobilização judicial iniciada por um conjunto de ONG junto ao TEDH. Este foi também o único caso cujo conflito social de origem estava relacionado com os direitos das mulheres e cuja disputa judicial se centrou nos direitos humanos das ONG³⁰.

A mobilização “transnacional” do direito refere-se, por sua vez, às mobilizações do direito que vão além das Fronteiras do Estado-nação, a exemplo do uso do TEDH ou de outros tribunais supranacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Tribunal Penal Internacional³¹.

Os diferentes interesses, estratégias de mobilização e visões das ONG a respeito dos direitos humanos, tornam-se acessíveis o percurso da mobilização judicial desde os tribunais nacionais até o TEDH, cruzando ordens jurídicas nacionais e internacionais.

Portanto, nesse caso, a mobilização do TEDH por iniciativa das ONG reflete nitidamente a globalização e o Direito Transnacional, no que diz respeito ao trabalho de apoio jurídico e político na defesa dos direitos humanos.

O caso excepcional Women on Waves e outros. Portugal apresenta, por sua vez, uma mobilização judicial coletiva que se diferencia do padrão de atuação das ONG descrito por Cichowski(2007) e Hodson(2009), visto que as vítimas e requerentes no caso em apreço são as próprias ONG. Neste aspecto, cabe recordar os limites da legitimidade processual ativa impostos pela Convenção Europeia dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais (CEDH). Ao contrário do sistema interamericano de direitos humanos, que permite às ONG enviar petições à Comissão Interamericana de Direitos Humanos independente de estas terem sofrido uma violação, o TEDH apenas recebe petições das vítimas. Como se lê no art.º da CEDH, “ O Tribunal pode receber petições de qualquer pessoa singular, organização não governamental ou grupo de particulares que se considere vítima de violação por qualquer Alta Parte Contratante dos direitos reconhecidos na Convenção ou nos seus protocolos” (CEDH,2010).

Salienta-se dentro desse contexto, além da luta social dos direitos e liberdades das mulheres, o modo de exercer a liberdade de expressão como essencial direito humano.

³⁰ SANTOS, Cecília MacDowell dos. **A mobilização transnacional do direito. Portugal e os Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012

³¹ SANTOS, Cecília MacDowell dos. **A mobilização transnacional do direito. Portugal e os Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012

[...]O caso contribui para a jurisprudência do TEDH ao colocar em discussão a *forma* pela qual se exerce a liberdade de expressão, que passou a ser entendida pelo Tribunal como um aspecto essencial deste direito humano. Saliente-se, contudo, que, enquanto a campanha “fazer ondas” se centrou nos direitos das mulheres, a mobilização judicial traduziu a luta social numa disputa em torno dos direitos humanos da ONG. [...] ³²

Conforme SANTOS, a finalidade desta não se limitava somente a repor a justiça para um caso concreto, mas antes criar precedentes para que a mobilização social, política e jurídica dos direitos humanos, em escala transnacional, continuasse a ocorrer dentro dos marcos da legalidade. ³³

Destarte, a campanha “fazer ondas” como a autora refere, tem como missão empoderar as mulheres para tomar decisões consciente, bem como informar sobre o planejamento familiar, prevenido a gravidez, assegurando o aborto seguro e legal e, assim reduzir o sofrimento físico e psicológico desnecessário e as mortes por aborto ilegal e também incentivar o apoio à liberalização das leis do aborto em todo o mundo.

A campanha “Fazer Ondas” insere-se no contexto da luta feminista pela despenalização do aborto em Portugal e pelos direitos reprodutivos das mulheres na Europa, utilizando-se da mobilização transnacional do direito, já que há nesse contexto toda uma questão não somente de ilegalidade, mas consequente, de saúde pública e dignidade da mulher.

A WOW é uma ONG autorizada pelo Ministério da Saúde holandês, desde 2001, a realizar interrupções da gravidez até 16 dias de atraso em relação ao dia esperado de início da menstruação. Este tratamento médico pode ser realizado na clínica móvel apenas quando situada na Holanda ou em águas internacionais. A WOW tem, ainda permissão para realizar interrupções da gravidez, tanto médica como cirúrgicas, até 12 semanas de gravidez na clínica móvel apenas quando em Amsterdã. Tendo como base um campo de ação transnacional, a WOW desenvolve atividades mediáticas nos países onde a IVG é criminalizada, procurando chamar atenção para as consequências nefastas dos abortos clandestinos e para a necessidade do aborto ser despenalizado. Inspirada pela organização ambientalista Greenpeace, onde a líder da WOW Rebecca Gomperts, trabalha como médica, esta ONG assenta a sua campanha na viagem de um navio que traz consigo um contentor onde funciona uma clínica

³² SANTOS, Cecília MacDowell dos. **A mobilização transnacional do direito. Portugal e os Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012

³³ SANTOS, Cecília MacDowell dos. **A mobilização transnacional do direito. Portugal e os Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012

ginecológica equipada para realizar abortos. A ação da WOW, em parceria com as ONG locais, mostra como o direito tem sido mobilizado pelas lutas feministas, em diferentes escalas de ação, com o objetivo de mudar o *statu quo* legal de um determinado país. A ação da WOW procura pautar-se pelos limites da legalidade, articulando normas do direito internacional. (SANTOS,2009, 269/270).

Nessa direção, o fato de que segundo o Direito Internacional a lei que vale em alto-mar é a norma vigente do país da bandeira do navio, a ONG passa a agir dentro da legalidade, já que a liberdade e os direitos são constituídos onde a soberania territorial tradicional não tem validade. Portanto, a WOW, atua dentro das possibilidades e vácuo nas leis.

Finalmente, percebe-se que os processos de globalização têm potenciado o ativismo em rede na defesa de causas e de princípios norteadores dos direitos humanos e a mobilização tem sido globalizada nas últimas décadas..

Esses novos modelos de percepção refletem claramente o Direito Global como novo paradigma. Assim, a iniciativa da ONG referida, contudo, foi importante para alavancar novas mobilizações dentro do Sistema Global, com base no pressuposto de um pluralismo jurídico.

Considerações finais

A busca em alcançar êxito nas relações de poder, cultura, economia, bem como , a busca pelas soluções de desigualdades e formas de governo em tempos de globalização, nos remete dizer que o Direito deve ser reciclado e alimentado de fontes globais.

A mudança de paradigma do Direito no contexto da globalização, e conseqüentemente, dos efeitos da mobilização transnacional do direito implicam a emergência do Direito Global, sustentando uma proteção em escalas local, nacional, regional, internacional.

O Sistema Global de Direitos Humanos exemplifica claramente essa necessidade de um Direito Global, já que os fluxos de globalização não conseguem ser travados e devem ser entendidos como um caminho sistêmico que sinaliza a edificação do jurídico conforme modelos plurais.

A ONG Women on Waves, referida no artigo, comprova a necessidade e relevância da mobilização coletiva em prol da defesa dos direitos humanos, que juntamente com o TEDH (Tribunal Europeu de Direitos Humanos) uniram forças na garantia dos direitos das mulheres, conferindo assim, os fluxos globalizatórios e o Direito Transnacional.

Assim, o direito tem sido mobilizado em diferentes escalas de ação, cruzando ordens jurídicas nacionais e internacionais. Portanto, a urgência em institucionalizar um Direito Global que possa resolver alguns problemas dentro do contexto atual, que organize matérias que tocam a todos os seres humanos.

Referências das fontes citadas

ARNAUD, André-Jean. **Governar sem Fronteiras.: entre a globalização e pós globalização**. Crítica da Razão Jurídica, vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007

BOSSELMANN, Klaus. **O princípio da sustentabilidade**: transformando direito e governança. Tradução de Phillip Gil França. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007

GRUBBA, Leilane Serratine. **Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano: O Sistema Global Das Nações Unidas**. Curitiba: editora Prismas, 2017.

SANTOS, Cecília MacDowell dos. **A mobilização transnacional do direito. Portugal e os Tribunal Europeu dos Direitos Humanos**. Coimbra: Almedina, 2012.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STAFFEN, Márcio Ricardo. **Globalismo Jurídico**. Lima: San Marcos, 2015.

STAFFEN, Márcio Ricardo. **Interfaces do direito global**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

VIVIANI, Maury Roberto. **Constitucionalismo Global: Crítica em face da realidade das relações no cenário de uma nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

VIVIANI, Maury Roberto. Superior Tribunal de Justiça. Recurso de Habeas Corpus. Transação. Habeas Corpus nº 124.306 Primeira Turma. Criminal. Direito Processual Penal. Habeas corpus. Prisão Preventiva. Ausência dos requisitos para sua decretação. **Inconstitucionalidade da incidência do tipo penal do aborto no caso de interrupção voluntária da gestação no primeiro trimestre.** Ordem concedida de ofício. Relator: Min. Luís Roberto Barroso. Julgamento em 29/11/2016, Dje: 09/12/2016; Relator: Min. Luís Roberto Barroso.